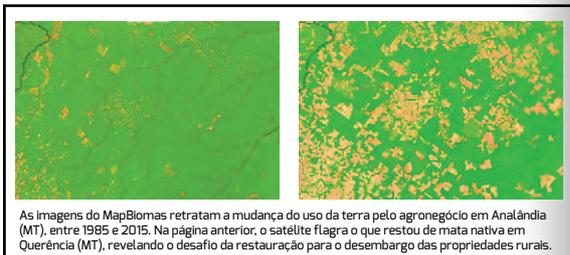




▣ **Ocupação ilegal de terras públicas para obtenção fraudulenta de documento de posse com aparência de legalidade**

▣ **Na Amazônia, há 450 mil famílias em 3.450 assentamentos, responsáveis por um terço do desmatamento da região**

▣ **Pertencente ao grupo Amaggi, a propriedade tem 82 mil hectares, 46% ocupados por lavoura**



As imagens do MapBiomas retratam a mudança do uso da terra pelo agronegócio em Análandia (MT), entre 1985 e 2015. Na página anterior, o satélite flagra o que restou de mata nativa em Querência (MT), revelando o desafio da restauração para o desembargo das propriedades rurais.

ficiamento em polpa e assim garantir renda o ano todo. "O clima mudou e quem só plantou soja está sofrendo", afirma Menin, que se fixou na Amazônia por meio de → **grilagem** de terras, desmatou e vendeu a área para conseguir o atual lote, onde hoje tem soja, pupunha, caju, seringueira, pequi e mangaba. "Quem não plantou árvores para diversificar a renda e viver melhor, além de não ter sombra e fruta para fazer um suco, está trabalhando de peão nas grandes fazendas", diz Rosa, ao se referir à realidade socioambiental nos → **assentamentos rurais**.

"É preciso fortalecer a agricultura familiar, pois há 40 mil hectares de soja plantados em assentamentos da localidade", conta Cecília Gonçalves Simões, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (ipam). A instituição dá apoio técnico ao município para a governança socioambiental, mapeamento dos passivos e elaboração de um plano participativo para solucioná-los. Uma das tarefas é o registro das propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR). "Todo mundo sai ganhando quando o território inteiro é reconhecido pela legalidade e sustentabilidade", completa Simões.

Na → **Fazenda Tanguro**, onde o ipam mantém uma base científica, experimentos avaliam a eficiência de seis diferentes métodos de restauração florestal: plantio de sementes nativas; cultivo de mudas; regeneração natural sem intervir na mata; e transposição de folhas para cobrir o solo e recuperar áreas degradadas, por exemplo. Também são formadas "ilhas de vegetação", onde os esforços de plantio se concentram em um ponto central, para se obter uma resposta mais rápida, com posterior aumento por meio de dispersão de sementes. Por fim, em outra parcela foram instalados "poleiros" de madeira para facilitar o pouso de aves

que comem os frutos e espalham as sementes.

Nessa linha, pesquisadores estudam no local o papel dos mamíferos, especialmente o das antas, na regeneração natural da floresta. Elas são monitoradas por câmeras fotográficas em área degradada por fogo e a cada três meses as fezes são coletadas para análise. Em 62 amostras, foram encontradas cerca de 2,7 mil sementes de vários tipos. Isso permite inferir como os serviços ambientais podem ser comprometidos com o declínio das antas decorrente da caça e do desmatamento. Assim, ações para conservação da espécie poderão ser estratégicas no contexto de um futuro mercado de crédito de carbono e de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Em paralelo, há pesquisas sobre como o uso da terra interfere no clima da região e sobre qual a função das matas para a proteção de nascentes e para a dinâmica de nutrientes do solo nos cultivos. "O objetivo é fornecer elementos científicos para a tomada de decisão e políticas públicas", explica o pesquisador Divino Silvério. "Já existe conhecimento, mas falta colocar em prática por meio de incentivos, porque o custo do que dá certo é alto."

O movimento de Querência integra-se ao plano estadual, de até 2020 repor 2,9 milhões de hectares de floresta – área superior ao território de Sergipe – como medida-chave para Mato Grosso cumprir o que apresentou à ONU na reunião de Paris sobre clima, em dezembro. Em abril, foi criado um comitê para colocar as metas em prática. "Será necessário definir áreas críticas e fomentar a cadeia produtiva da restauração, prevendo planos regionais e modelos que gerem retorno financeiro", afirma Elaine Corsini, representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

"Com o novo Código Florestal, as regras se tor-

naram claras e os produtores ficaram mais abertos ao diálogo para a adequação, mas é preciso acelerar a validação do CAR para se saber quanto será recuperado e como", avalia Lucélia Avi, analista de meio ambiente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famat).
As ações compreendem também a redução de conflitos fundiários. "O compromisso estadual atraiu o interesse de investidores internacionais, entre eles o governo norueguês", revela Daniela Mariuzzo, representante do IDH – instituição holandesa que investe na garantia de origem sustentável para a soja que entra na Europa pelo Porto de Rotterdam.

Segundo Laura Antoniazzi, pesquisadora da Agroicone, "as soluções devem acomodar as projeções de crescimento da → **produção agropecuária**". Assim, considerando a restauração florestal e técnicas para maior produção sem desmatamento, o investimento necessário para atingir as metas estaduais chega a US\$ 9 bilhões em dez anos – custo que pode ser bancado pelo retorno financeiro dos projetos. "Para ser viável, a reposição de árvores tem de ser incorporada à conta da atividade produtiva principal, e não vista como uma despesa isolada."

Plantar árvore não é tão simples como se imagina. A ênfase deve estar na busca por "paisagens integradoras e inteligentes", conforme diz Rodrigo Junqueira, coordenador do Programa Xingu, do Instituto Socioambiental (ISA). Mais que isso: na Amazônia, "é necessário superar o lugar-comum de dizer que a floresta se regenera sozinha". Isso depende da região, do relevo, do clima e do uso anterior do solo. Estudos já comprovaram: em áreas de antigas pastagens, conforme o estágio de degradação, só cresce naturalmente o capim. Ele precisa ser controlado e substituído por árvores nativas. "Devemos olhar para o que já está dando certo", recomenda Junqueira, ao se referir à técnica de semeadura direta ou "miuvuca", em que ocorre o plantio de um mix de sementes – e não de mudas – com viabilidade técnica, maior aderência cultural e menor → **custo**.

A inovação se desenvolveu nos últimos dez anos a partir de uma demanda dos índios: a proteção dos rios que correm no Parque Indígena do Xingu, cujas nascentes – situadas fora da reserva – encontram-se ameaçadas pela pecuária extensiva. A campanha Y Ikatu Xingu se desdobrou no trabalho que hoje mobiliza 420 coletores indígenas e agricultores familiares ligados à Associação Rede de Sementes do Xingu, com capacidade produtiva de semear 500 hectares por ano. E inspira soluções para o País plantar floresta e cumprir as metas climáticas. ▣

▣ **Em Mato Grosso, a área de grãos deverá adicionar 3 milhões de hectares até 2025 e o crescimento da produção de carne está projetado em 40%, sem aumento de pastagem**

▣ **O valor das sementes, plantio e manutenção da área por três anos é de R\$ 5,4 mil por hectare, 50% inferior ao custo mínimo do cultivo tradicional de mudas**

Experiências se multiplicam no Pará

Com 84 mil quilômetros quadrados, o dobro da área do Estado do Rio de Janeiro, o município de São Félix do Xingu, no Sul do Pará, tem o maior rebanho do País – 2,2 milhões de cabeças de gado. Foi um dos campeões do desmatamento na Amazônia e agora se destaca como palco de projetos que demonstram ser possível produzir com menor impacto ambiental. "Na região, disseminar boas práticas na cadeia da pecuária é o caminho para reduzir o desmatamento e promover a restauração florestal", analisa Francisco Fonseca, coordenador da iniciativa Pecuária Sustentável – do Campo à Mesa, da The Nature Conservancy (TNC).

Em troca de assistência técnica e de reconhecimento por parte de com-

produtores como a indústria frigorífica Marfrig e a rede varejista Walmart, parceiros do projeto, produtores rurais assumiram o compromisso de zerar o desmatamento, fazer o Cadastro Ambiental Rural e adotar um plano de boas práticas. As medidas incluem a recuperação de áreas degradadas para pastagem e a restauração da floresta para proteger rios e nascentes. Cerca de 1,2 mil hectares de APP estão sendo isolados do gado.

No município, uma segunda frente de trabalho mobiliza a agricultura familiar para a expansão dos cultivos de cacau como estratégia de restauração florestal nas áreas de reserva legal. A planta, nativa das regiões tropicais da América do Sul, precisa da sombra das demais árvores para

crescer e produzir. "E está sendo consorciada com a pecuária de corte e leite na região", informa Rodrigo Freire, coordenador de floresta e clima da TNC.

O objetivo é repetir na Amazônia o que aconteceu na Mata Atlântica do Sul da Bahia, onde o cacau sombreado pela floresta teve importante papel na conservação. Em São Félix do Xingu, 82 famílias de agricultores recebem auxílio técnico e estão substituindo pasto pelo fruto do chocolate, em alta no mercado. Com a produção média de 1 tonelada por hectare ao ano, é possível obter renda complementar de R\$ 10 mil por período. Até 2020, o plano é expandir os atuais projetos demonstrativos e atingir 1 mil produtores, totalizando 5 mil hectares de cacau.